



Número: **0800262-47.2019.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **01/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DARLON ALVES ROMAO (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38635727	01/02/2019 13:34	Petição Inicial	Petição Inicial
38635794	01/02/2019 13:34	DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos
38635800	01/02/2019 13:34	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA	Procuração
38635813	01/02/2019 13:34	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
38635823	01/02/2019 13:34	SINISTRO-1	Documento de Comprovação
38635836	01/02/2019 13:34	SINISTRO	Documento de Comprovação
38635850	01/02/2019 13:34	DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR..	Documento de Comprovação
38696919	04/02/2019 11:39	Despacho	Despacho
38734838	05/02/2019 11:37	Citação	Citação
38735373	05/02/2019 11:44	Citação	Citação
40381183	12/03/2019 11:41	AR Seguradora Lider dos Consórcio JT 68805237 2 BR	Aviso de recebimento
40373618	12/03/2019 10:01	Habilitação em processo	Petição
40373668	12/03/2019 10:01	2570575 CONTESTACAO 01	Contestação
40373690	12/03/2019 10:01	PROCURAÇÃO SEGURADORA LÍDER	Procuração
40412368	13/03/2019 10:01	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
40417896	13/03/2019 10:48	Intimação	Intimação
40860921	19/03/2019 13:49	Petição	Petição
40861020	19/03/2019 13:49	DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos
40869012	21/03/2019 15:42	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

41066 136	25/03/2019 14:48	Intimação	Intimação
41066 137	25/03/2019 14:48	Intimação	Intimação
41117 819	26/03/2019 08:51	Intimação	Intimação
41428 808	01/04/2019 14:24	Intimação	Intimação
42132 659	22/04/2019 16:00	Diligência Positiva	Diligência
42132 862	22/04/2019 16:00	DARLONALVESROMAO 00032.2019	Diligência
44225 872	10/06/2019 11:55	Laudo Pericial	Laudo Pericial
44225 884	10/06/2019 11:55	LAUDO PERICIAL - 0800262-47.2019	Laudo Pericial
44229 628	10/06/2019 13:06	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
44270 403	11/06/2019 10:28	Intimação	Intimação
44364 018	13/06/2019 15:38	Petição de manifestação de laudo	Petição
44364 043	13/06/2019 15:38	DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos
44402 403	14/06/2019 17:13	Impugnação ao laudo pericial	Petição
44402 410	14/06/2019 17:13	2570575 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR 01	Documento de Comprovação
44568 204	17/06/2019 08:16	Certidão	Certidão
44568 237	17/06/2019 08:21	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
46862 146	16/07/2019 21:35	Petição juntada de honorários periciais	Petição
46862 151	16/07/2019 21:35	2570575 JUNTADA DE HONORARIOS PERICIAIS JUR 01	Documento de Comprovação
46862 154	16/07/2019 21:35	2570575 JUNTADA DE HONORARIOS PERICIAIS JUR Anexo 01	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
46878 943	17/07/2019 16:47	Alvará	Alvará
47180 400	22/07/2019 11:17	Certidão	Certidão
47180 455	22/07/2019 11:17	Certidão - 0800262-47.2019	Certidão
49177 761	24/09/2019 13:33	Ofício	Ofício
49177 762	24/09/2019 13:33	Esclarecimentos - 0800262-47.2019	Ofício
49221 592	25/09/2019 12:12	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

EM ANEXO





ASSU & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria M.do Nascimento
Rua Doutor Luís Carlos, 275
Dom Elizeu, Assú - RN.
Tel (84) 9.9866-3110/9.9600-9440
E-mail: assuseguros@gmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE ASSÚ, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE.**

DARLON ALVES ROMÃO, brasileiro, casado, agricultor, portador de cédula de identidade de nº. 001.498.619 SSP/RN e inscrito no CPF nº 019.107.684-80, podendo ser intimado no povoado fazenda nova, nº 26, zona rural, Assú /RN , CEP 59.650.000, telefone (84)99611-8585, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

ACÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

Contra: Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na rua Da Assembleia nº 100, 21º andar, Condomínio Edifício Darke Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.011-904, **expondo e requerendo ao final o seguinte:**

AB INITIO

Requer inicialmente a **Justiça Gratuita** de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.



-CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Informa a parte autora, se dirigiu até a Delegacia de Polícia Civil, para registrar a ocorrência do acidente que foi vítima, sendo que, o escrivão afirmou que não tinha como atender o pleito do requerente, visto que, existia determinação expressa superior, de que somente em casos onde o condutor seja devidamente habilitado poderia efetivar o registro. Destarte, o promovente ainda apresentou documentos como entrada hospitalar, nomes de testemunhas, demais dados referentes ao sinistro, mas o agente público, reiterou que não havia espaço para atender o pleito do demandante, devido ao cumprimento de ordens de seus superiores.

O fato é que, no caso em tela trata ação de cobrança, decorrente de acidente de trânsito, onde as provas deverão livremente ser apreciadas pelos litigantes e órgão do Poder Judiciário, aberto vistas podendo ser plenamente exercido os princípios constitucionais: “**ampla defesa, devido processo legal e do contraditório**”, objetivando provar procedência da pretensão jurisdicional requerida.

O art. 319 § 1º do Novo CPC, determina:

“Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção. De acordo com o § 2º, “a petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu (...).”

Prescreve ainda o dispositivo legal:

(...)-

I – as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade

Não pode a requerida negar o direito do autor, tomando como base a intransigência do órgão policial, em não registrar as ocorrências de trânsito, quando o autor, não ser devidamente habilitado.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.

A simples prova do acidente encontra-se firmada nos documentos da entrada hospitalar, prontuário médica, depoimento das testemunhas procedimento medica cirúrgico dentre outras acostadas nessa oportunidade e as demais apresentadas quando da instrução processual.

- SINOPSE DOS FATOS:

Informa a parte autora que requereu o DPVAT, via administrativa, cuja prova documental foi devidamente recepcionada pela requerida pelos Correios e Telégrafos, no dia **08/01/2019, as 11:37 horas**, conforme documento de rastreamento dos correios em anexo, sendo



que, posto a análise a promovida solicitou apresentação “ boletim de ocorrência policial”, devolvendo toda documentação administrativa conforme se infere nos autos.

O fato é que no dia 06 de outubro de 2018, por volta das 17: 30 aproximadamente o requerente vinha na RN 016, nas proximidades da comunidade Mutamba da Caeria /Carnaubais , conduzido a , moto Honda/ NXR 150 BROS ES, ano 2012, cor VERMELHA, placa NOC 40530 , RENAVAL 00460547828, chassi 9C2KD0550CR568501 , licenciada em nome de Diego Alves Miranda, quando ao tentar fazer uma ultrapassagem colidiu com uma outra moto, que perdeu o controle, vindo a cair sendo socorrido pela ambulância da cidade de Carnaubais para o Hospital municipal da cidade de Assú em seguida devido a gravidade foi transferida para o Hospital Regional Tarciso de Vasconcelos Maia, na cidade de Mossoró/RN, apresentando **FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA E PÉ DIREITO**, conforme prontuário medico.

Observa-se que a entrada medica hospitalar retro citada o autor foi atendido pelo Drº Francisco Rogerio Carlos Amaral –CRM-RN 8150, que efetivou os procedimentos devidos, ver documentos acostado aos autos.

O fato é que a norma jurídica é clara, precisa quando determina pagamento da indenização “**mediante simples prova do acidente e do dano por ele provocado**”, no caso de **DPVAT. Entretanto**, esclarece o autor que inexistem, qualquer espaço na esfera administrativa que possibilite ao beneficiário, recorrer, administrativamente da decisão da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedece apenas ao CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), SUSEP, sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros absolutamente nefastos onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº. 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra o dia 16 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória nº. 340/2006 (29/12/2006), aplica-se a primitiva redação da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei nº. 11.482/2007.

Ressalte-se que o deslinde da presente demanda, prende-se no fato de ser realizado a prova pericial nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, visto que, o art. 5º é claro quando determina a indenização as vítimas de acidente de trânsito, mediante a simples ocorrência do acidente e da demonstração do dano por ele sofrido.

Torna-se oportuno ainda ressaltar que inexistem dúvidas do acidente e dano por ele provocado, visto que, a documentação hospitalar acostadas aos autos afastam quaisquer dúvidas nesse sentido, cabendo a seguradora requerida apenas indenizar o promovente nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

- DO DANO:

Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova (art. 444). Tratando-se de documento que, por si só, basta para comprovar a existência da obrigação, nem será necessário o testemunho. Mas, se trouxer apenas indícios, poderá ser complementado por ele (Nos tribunais:



“É admissível a prova testemunhal, independentemente do valor do contrato, quando for existente começo de prova escrita que sustente a prova testemunhal”. STJ, Resp. 864.308 – SC, Relator Ministro Sidnei Beneti).”

Nos autos a parte autora apresentou toda documentação a qual reporta o acidente de trânsito que foi vítima, de forma indubitosa, documentação hospitalar, receituários, atestados, sendo que, deixou de acostar a certidão policial, motivado infelizmente, pela intransigência do órgão policial, em não registrar tais ocorrência, quando o condutor não for devidamente habilitado, sendo que, inexistente qualquer vedação legal nesse sentido, onde a parte por ser absolutamente, impotente, frágil, não tem como se voltar quanto a tal “deliberação”, daqueles que comandam a pasta da Secretaria de Defesa Social, em nosso Estado.

O Código Civil, em seu art. Art. 227, determina:

“Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados. (Vide Lei n.º 13.105, de 2015) (Vigência).

Parágrafo único. Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

A parte autora faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as dúvidas se não afastadas pelos documentos exauridos pela unidade hospitalar, mesmo porque com tais depoimentos, tanto o Douto Magistrado, como presidente do processo, as partes envolvidas, poderão suscitar as perguntas relativas sobre o acidente, deixando de forma clara transparente a ocorrência do sinistro.

- DA INEXISTENCIA DE MEIOS LEGAIS JUNTO A ESFERA ADMINISTRATIVA PARA O BENEFICIÁRIO RECORRER.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer, administrativamente da decisão das requeridas, a decisão principalmente da autarquia federal- Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é suprema do seu ponto de vista. Entretanto, todo ato que tenha por objetivo, lesar direito de outrem, atropelar a norma jurídica é passível de apreciação do Poder Judiciário, segundo dispõe a Carta Magna de 1988, nos Direitos e Garantias Fundamentais, encontram-se regulados entre os artigos 5º ao 17º.

A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, no contexto, DPVAT, e autarquia responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedece apenas ao CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), SUSEP, sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros absolutamente nefastos onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente. A Demandada, ainda se recusa a recepcionar a documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar o DUT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.



- DO DIREITO:

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.

Como se observa no dispositivo legal cuja vigência se aplica nos casos relativo a acidente de trânsito, determina o pagamento da indenização mediante a “SIMPELS PROVA DO ACIDENTE”. Destarte, a prova do sinistro, encontra-se consubstanciada na prova documental fornecida pela unidade medida que atendeu a vítima/promovente, conforme se infere nos autos.

No mesmo curso:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)

O cidadão comum encontra-se a margem diante das varias alterações sofridas pela Lei nº 6.194/74, através da Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que além de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

- DA JURISPRUDÊNCIA:

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelos nossos Tribunais Superiores tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

De acordo com a jurisprudência pátria, em casos de seguro DPVAT, aplica-se as regras preceituadas no Código de Defesa do Consumidor:

“ AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CDC. INVERSÃO DO “ONUS PROBANDI. POSSIBILIDADE. AGRADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1- A relação havida entre as partes deve ser apreciada sob a égide da Lei nº 8.078/90, pois são de consumo as relações jurídicas resultantes do contrato de seguro DPVAT. 2- a inversão do ônus da prova, contudo, não tem o condão de transferir para o fornecedor ou prestador de serviço a responsabilidade pela antecipação do depósito dos honorários periciais, pois a norma do art. 33, CPC, continua em plena vigência. 3- no entanto, caso a seguradora se recuse a realizar o referido pagamento, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo consumidor. 4- agravo a que se nega provimento. (TJ-MG; AGIN 1.0024.08.239594-8/0011; Belo Horizonte; Décima Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Francisco Kupidowski; Julg. 21/05/2009; DJEMG 08/06/2009)”.



Sobre a não juntada do Boletim de Ocorrência, no processo DPVAT, assim tem se posicionado nossos Tribunais Superiores:

Processo: APL 12797172 PR 1279717-2 (Acórdão)

Relator(a): Humberto Gonçalves Brito

Julgamento: 26/03/2015

Órgão Julgador: 10ª Câmara Cível

Publicação: DJ: 1577 02/06/2015

Ementa

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL. APELO DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO SINISTRO ANTE A NÃO JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. ACIDENTE OCORRIDO EM DATA ANTERIOR À MP451/08. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ, CONFORME LAUDO DE PERÍCIA MÉDICA.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 10ª C.

Cível - AC - 1279717-2 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Humberto Gonçalves Brito - Unânime - - J. 26.03.2015).”

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça, assim tem decidido:

Data de publicação: 11/11/2014

J-MS - Apelação APL 00194405220128120001 MS 0019440-52.2012.8.12.0001 (TJ-MS)

“**Ementa:** E M E N T A-AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO NO ANO DE 2011, QUE CAUSOU INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE EM QUATROS SEGMENTOS DA COLUNA VERTEBRAL - RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA SEGURADORA E PELO AUTOR - PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE JUNTADA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA- NÃO ACOLHIDO - MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO E DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO SINISTRO - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO - RECURSO DA SEGURADORA AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO - RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. A ausência do boletim de ocorrência policial, por si só, não leva à improcedência do pedido de recebimento do seguro dpvat . No caso não se há falar em ausência de boletim de ocorrência, porquanto houve juntada da certidão de ocorrência confeccionada pelo corpo de bombeiros militar que, a rigor, também é um boletim de ocorrência. Mantém-se a sentença que reconheceu o dever de indenizar, ante a prova convincente de que a autora sofreu invalidez permanente e parcial em decorrência de acidente automobilístico. Tratando-se de cobrança de indenização do seguro dpvat a correção monetária incide desde a data do sinistro. Precedentes do STJ.”



Torna-se oportuno ainda esclarecer que a prova pericial, ira determinar o valor da condenação, visto que, apenas o douto perito poderá mensurar, quantificar o percentual nos termos da Lei nº 11.945/2009.

- DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos Reais)**, referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

- 01- Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
 - 02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **Prova Pericial**, no sentido de quantificar o grau de lesão, quesitos seguem ao pé desta;
 - 03- seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Sumula 54 do STJ;
 - 04- requer a produção de prova pericial cujo requisitos seguem ao pé desta;
 - 05- *Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse na realização da audiência de conciliação/mediação, visto que, em demandas similares inexistente qualquer proposta acordo da parte da Seguradora Lider;*
 - 06- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;
 - 07- **requer seja designada audiência de instrução e julgamento;**
 - 08- seja a demandada condenada em 20%, **sobre o valor da causa** nos termos do **art. 85 e seguintes do CPC**, referente a honorários advocatícios;
 - 09- protesta pela produção de provas testemunhais, cujo rol segue ao pé as quais comparecerão audiência independente de intimação- (art. 455 CPC);
- Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;
- Dar-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para meros efeitos fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

ASSU/RN, 01 de fevereiro de 2019.

Kelly Maria M.do Nascimento
OAB/RN 7469



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU GRAVE?

_____.



Sem mais, em ____/____/____.
(Assinatura – carimbo – CRM)



P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante, **DARLON ALVES ROMÃO** brasileiro, casado, agricultor, com CPF: 019.107.684-80, RG nº 001.498.619, residente no povoado fazenda nova, nº 26, zona rural, assú-RN, COMARCA ASSÚ - Rio Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: **KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, advogada; **DARTWNZ WAMBERTO BARBOSA SALES** (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca assu-RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

ASSÚ- Rio Grande do Norte, em 26/10/2018.

Outorgante: **DARLON ALVES ROMÃO**

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

CIJES



DECLARAÇÃO DE POBREZA

DARLON ALVES ROMÃO, brasileiro, casado, agricultor, com CPF: 019.107.684-80, RG nº 001.498.619, residente no povoado fazenda nova, nº 26, zona rural, assú-RN, Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de Assú- Rio Grande do Norte. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Assú-RN em 26/10/2018.

Declarante: DARLON ALVES ROMÃO

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, **DARLON ALVES ROMÃO**, brasileiro, casado, agricultor, com CPF: 019.107.684-80, RG nº 001.498.619, residente no povoado fazenda nova, nº 26, zona rural, assú-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

ASSÚ-RN, em 26 de outubro de 2018.

Declarante: DARLON ALVES ROMÃO

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante, **DARLON ALVES ROMÃO** brasileiro, casado, agricultor, com CPF: 019.107.684-80, RG nº 001.498.619, residente no povoado fazenda nova, nº 26, zona rural, assú-RN, **COMARCA ASSÚ**, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de assú-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **"ad exitum"**;

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Assu - Rio Grande do Norte, em 26/10/2018.

Contratante: ~~JOANA D'ARC VARELA~~ **DARLON ALVES ROMÃO**

Telefone: 84 9.9

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 001.478.619 DATA DE EXPIRAÇÃO 29/08/2018

NOME DARLON ALVES RIBEIRO

PLACADO

JOSE ALVES CAVALCANTE

MARIA RIBEIRO CAVALCANTE

NATURALIDADE

CARACOLAS RN

DOC. ORDEM

LEI Nº 10.167-2017

CPF 019.107.684-60

DATA DE NASCIMENTO 18/10/1964

2a. VIA

Josephs Ferreira do N. Junior

LEI Nº 11.181-2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE PERICIA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO - II

POLEGAR DIREITO

DARLON ALVES RIBEIRO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

9611-8585





Tarifa Social de Energia Elétrica Cálculo pela Lei 10.438, de 2002
NOME FISCAL: - FÍSICA - CONTRATO DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Marechal, 150 - Jardim, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59050-000
CNPJ 07.324.128/01-41 / Ins. Est. 2005059-1 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

LEIDMAR MOURA MARREIRO ALVES

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

POA FARMACIA NOVA 26

CPF: 051.239.224-25 NIS: 20925561522

ZONA RURAL/ÁREA RURAL
ASSURIN
59050-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BARRAGEM COM NIS
Manifesto

CONTA CONTRATADA MÊS/MÊS

7001089042 08/2018
DATA DE VENCIMENTO
21/08/2018 14/09/2018
TOTAL A PAGAR (R\$) 153,40

Nº DA NOTA FISCAL	MÊS	ANO
01089042	UNICA	14/09/2018
Nº DA UNIDADE	Nº DA INSTALAÇÃO	
14082018	3010145138	2082308

DESCRIÇÃO DA UNIDADE FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,21607290	6,48
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00000000	0,27041070	18,92
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	192,00000000	0,55661600	106,84
Atividade Bandeira VERMELHA			0,00
Caráter de Serviço Público			10,50
Parcela 46/Plano 948000494014			26,18
ICMS-Parcela Subvencionada			7,91
Multa por atraso-NF 007933533 - 03/04/18			0,50
Multa por atraso-NF 007933533 - 14/09/18			1,81
Juros por atraso-NF 007933533 - 14/09/18			1,63
Atualização ICPM-NF 007933533 - 14/09/18			3,15

TOTAL DA FATURA 153,40

DEMONSTRATIVO DE CONTAS DE CUSTO FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	POSTERIOR DATA	ATUAL DATA	Nº DO TAPAS	CONSUMO	ALÍQUOTA	CONSUMO (kWh)	
21089042	UNICA	14/09/2018	14/09/2018	14/09/2018	21	1089042		2082308	20,14



634 FÉV 5201 2347 F 555 5906 (14) F 431

ATENÇÃO: A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Cálculo da dívida em aberto (R\$) - Contas em Aberto (R\$)					
Mês	Valor	Mês	Valor	Mês	Valor
Jan/18	31,00	Mar/18	31,00	Jun/18	31,00
Feb/18	31,00	Abr/18	31,00	Jul/18	31,00
Mai/18	31,00	Maio/18	31,00		
Total: R\$ 153,40					

TENSÃO E PRECISÃO NA MEDIÇÃO				
Tensão (V)	Precisão (V)	Tensão (V)	Precisão (V)	Tensão (V)
220	200	230	210	240

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A
Tel 21 3861-4600 www.seguradorelider.com.br
Rua de Assembléia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 14/01/2019
DPVAT/SIN - 00279/2019

Para: DARLAN ALVES RAMAO
RUA DOUTOR LUIS CARLOS,
275
DOM ELISEU
DOM ELISEU - RN
59650-000

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS - PROJETO CORREIOS
SEDEX Nº JT814869589BR
BR

Prezado(a) Senhor(a),

Foram protocolados nos Correios documentos relativos ao acidente ocorrido com o(a) Sro(a).
, porém para que possamos efetuar o cadastramento do sinistro é necessário apresentar

- Registro de ocorrência expedido pela autoridade policial (cópia autenticada e legível)

Estamos devolvendo todos os documentos e após a regularização da pendência, toda a documentação deverá nos ser encaminhada para o devido cadastramento e análise.

Finalizamos informando que a Seguradora Líder DPVAT encontra-se à disposição pelo SAC
DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente,

Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT

KROA

Anexo: conf. texto

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



AVISO DE RECEBIMENTO **AR** **JT 81486958 9 BR**

CORREIOS BRASIL

DATA DE RECEBIMENTO: 28 DEZ 2018

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAÇÃO SOCIAL DO BENEFICIÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'ÉBÉNÉFICIAIRE
DARLOW ALVES ROMÃO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR
RUA: DOUTOR LUIS CARLOS 275
DOM ELIZEU
ASSO

CEP: 59650000

UF: RN BRASIL

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE **AR**

NOME OU RAÇÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
SEGUROADORA LIDER

ENDEREÇO / ADDRESS
RUA: DA ASSEMBLEIA 25 - AURAR-CENTRO
200-11904 RIO DE JANEIRO RJ BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OBJETO A VERIFICAÇÃO) / DÉCLARATION

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☒ EMS
☐ SEGURADO / ASSURÉ / DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE
 08 JAN 2019
 RICARDO LUIZ MARQUES

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE
 08 JAN 2019
 RICARDO LUIZ MARQUES

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR
 R. Júnior
 8.956.534-7

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENTE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FORMOS 114 x 190 mm



JT814869589BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
08/01/2019 11:37 RIO DE JANEIRO / RJ

08/01/2019
11:37
RIO DE JANEIRO / RJ

Objeto entregue ao destinatário

08/01/2019
10:00
RIO DE JANEIRO / RJ

Objeto saiu para entrega ao destinatário

28/12/2018
14:58
Mossoro / RN





Objeto postado após o horário limite da unidade
Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



Eu Darlon Alves Romão, portador do RG: 001.492.619,
CPF: 019.107.684-80, residente na comunidade de Fazenda Nova
Zona rural I Assú, sofreu um acidente no dia 06 de outubro
de 2018 na comunidade de Mutamba I Carnaubais, quando
vinha do trabalho por volta das 17:30 com destino para
casa pilotando uma moto Broz de placa NOC 4053 RN.
O referido acidente aconteceu em uma ultrapassagem que
colidiu com outra moto ocasionando o fato.
(Após o ocorrido fiquei imobilizado aguardando a ambulância
da cidade de Carnaubais, onde recebi os primeiros socorros.
Em seguida fui encaminhado para o Pronto Socorro Municipal
de Assú que fez a transferência para o Hospital Tarcisio
Maia de Mossoró.

* DARLON ALVES ROMÃO



		Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Assu Secretaria Municipal de Saúde		 SUS Sistema Único de Saúde	
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA			PRONTO SOCORRO MUNICIPAL		
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO:				Atendimento Nº: 195	
Nome: Douglas Allan Romão			Idade: 33 / 16/10/18	Sexo: M	
Código SUS: 709.207.329.19383		Nome da Mãe: Maria R. Cavalcante		Profissão:	
Endereço (Rua/Av.): ST Fazenda Nova				Nº:	Complemento:
Bairro: 2a	Cidade: Assu	Estado: RN	Telefone:		
Clínica:			Data: 06/10/18	Hora: 20:43	
Motivo da Procura:			Rubrica Servidor: 		
Assinatura do Paciente:					
ACOLHIMENTO:		<input type="checkbox"/> Emergência <input type="checkbox"/> Urgência <input type="checkbox"/> Não Urgência <input type="checkbox"/> Acidente de Trabalho <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito			
Acolhimento com classificação de risco:					
Queixa:					
Antecedentes Alérgicos: N					
HAS (N)		DM: (N)	Assinatura:		Classificação:
ANAMNESE:					
Paciente gravida de 3 meses, vítima de lesão					
de sub-mento de 18h, nega dor em abdômen.					
Tipo: 2					
EXAME FÍSICO:		Peso: _____	Temperatura: N	F.C.: _____	PA: 120x70
		SpO2: _____	HTG: _____	Glasgow: _____	
17.90, 18.10					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:					
<input type="checkbox"/> Laboratório:					
<input type="checkbox"/> Radiológico:					
<input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> Outros					
Hipótese de Diagnóstico: Trauma				CID:	
Conduta: <input type="checkbox"/> Medicação <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Laudo para AIH				Médico: (Carimbo e Assinatura)	
Saída: Data/Hora / / às : h. <input type="checkbox"/> Alta referido para UBS <input type="checkbox"/> Óbito				 Médico: Carlos André CRM-RN 8150	
<input type="checkbox"/> Outra unid. Urgência <input type="checkbox"/> Especialidade					
<input type="checkbox"/> Internação no Hospital:					



regulados com o HRTM 21:30





PRONTO SOCORRO MUNICIPAL- PSM

ACOMPANHANTE: _____ SAÍDA: _____ HORA: _____

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

SAME/ARQUIVO

Francisco Rogério Carlos Amara
MEDICO
CRM-RN 0150

Assinatura do médico, carimbo





OK

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - VERDE

Paciente: 23893 - DARLON ALVES ROMAO (53 a 11 m 21 d)
Nascimento: 16/10/1964 Natural: CARNAUBAIS.BRASIL Sexo: M Cor: PARDA
CNS: 704200732989383 CPF: 01910768480 Prof.:
Mãe: MARIA ROMAO CAVALCANTE Pai: JOSE ALVES CAVALCANTE
Logradouro: FAZENDA NOVA, 26 Cidade: ACU
CEP: 59650000 Bairro: ZONA RURAL
Telefone: 84.96118585 84 96118585 Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO Tipo: REGULADO
Origem: PESSOA - OUTRO *Empresa:

OBS: ASSU, MEDICO FRANCISCO ROGERIO.					Classificação: 06/10/2018 22:45:28			PESO:	
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 53ANOS, ACIDENTE MOTO-MOTO, LESAO EXTENSA EM REGIAO PLANTAR DIREITA, LUXAÇÃO GRAU 3 ACROMIO-CLAVICULAR ESQUERDO. CONSCIENTE, ORIENTADO.
Hora: 23:25

paciente vítima de acidente moto x moto, sem capacete, sem 6 horas.
sem perda de consciência, sem náuseas vômito e álcool.
A. Vias aéreas permeáveis, sem color cervical
B. Tórax simétrico com M.H. bilateralmente sem RA.
C. Lesões contusas em abd com lesões superficiais em punho do antebraço e cotovelo
D. Glasgow 15, pupilas isotóricas
E. Luxação de ombro direito e possível fratura de pé esquerdo

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 10.10.2018
BIM

Diagn. Inicial:

SAME/ARQUIVO

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
SOLICITO AVALIAÇÃO DO GATOPEDIN PLT DA CIRCUNSCRIÇÃO GEML			
00:07 Paciente vítima de acidente moto x moto, sem capacete, sem 6 horas. sem perda de consciência, sem náuseas vômito e álcool. A. Vias aéreas permeáveis, sem color cervical B. Tórax simétrico com M.H. bilateralmente sem RA. C. Lesões contusas em abd com lesões superficiais em punho do antebraço e cotovelo D. Glasgow 15, pupilas isotóricas E. Luxação de ombro direito e possível fratura de pé esquerdo			
00:30 h - Solicito para avaliação ortopedica - Cirurgias resultando em fraturas do fêmur e do úmero, fratura do osso			

*Saída: - () Decisão médica; () Outro Serviço; () Evasão; () Óbito () Interna: CID
- Solicito para avaliação ortopedica

Data: 06/10/18. Hr: : Ass. Médico:





Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 01/02/2019 13:33:46

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19020113122245700000037376540>

Número do documento: 19020113122245700000037376540

Num. 38635836 - Pág. 5

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - RN 10445 // 00050 Nº 013104156416			
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	000-INT/AVIAS	R-INT/C	EXERCÍCIO
1	00460547828	*****	2017
NOME: DIEGO ALVES MAPREIRA			
CPF / CNPJ		PLACA	PLACA
082.871.214-00		NOC4053	NOC4053
PLACA ANT / UF		CHASSI	CHASSI
NOC4053/RN		9C2KD0550CR568501	9C2KD0550CR568501
ESPÉCIE / TIPO			
PASSAGEIRO / NOTOCICLETA / NÃO AUTOCARRO			
MARCA / MODELO			
HONDA / NXR150 BROS FB			
CAP / POT / CL	CATEGORIA	PARTECULAR	VERMELHA
0CV/149 CILINDRADAS	014910 3K	RS *****	2012
VENG. COTA UNICA			
1º PAGO 21/03/2017			
2º PAGO			
3º PAGO			
PREMIO TARIFARIO (R\$)			
IDF (R\$)			
PREMIO TOTAL (R\$)			
DATA DE PAGAMENTO			
*** TAXAS DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO			
OBSERVAÇÕES			
ALIM. FID. EM FAVOR DE: 45.441.789/0001-54			
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA			
MOTOR: KEO5EC5 68501			
ASSINATURA			
DATA: 21/03/2017			

SEGURADORA LÍDER - DPVAT	
CNPJ 09.248.608/0001-64	
RUA	
Nº	
CEP	
CIDADE	
UF	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	
DATA DE COTAÇÃO	
COTA UNICA	
PAGAMENTO	
PARCELADO	
CUSTO DO BLHETE (R\$)	
IDF (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE EMISSÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	
9	
PRÊMIO TARIFARIO	
DENATRA (R\$)	
CUSTO DO SEGURO (R\$)	
TOTAL A SER PAGO (R\$)	
DATA DE COTAÇÃO	
2017	
21/03/2017	
PLACA	
NOC4053	
MARCA / MODELO	
HONDA / NXR150 BROS FB	
ANF CHASSI	
9C2KD0550CR568501	
ANO FAB	
2012	
CUT 3AE	



Paciente: Darlon Alves Romão
Sexo: masculino Data Nasc: 16/10/1964
Data do exame: 20/11/2018

RADIOGRAFIA DE TÓRAX

- Transparência normal dos campos pulmonares.
- Selos costal e cardio frênicos livres.
- Hilos pulmonares normais.
- Área cardíaca dentro da normalidade.

Dra. Luisa de Paiva Dantas CRM SP: 172042





Paciente: Darlon Alves Romão
Sexo: feminino **Data Nasc:** 16/10/1964
Data do exame: 03/01/2019

RADIOGRAFIA DO OMBRO ESQUERDO

- Controle de tratamento cirúrgico.
- Presença de fio de Kirschner no acrômio.
- Comparar com exames anteriores.

Dra. Luisa de Paiva Dantas CRM SP: 172042



Paciente: Darlon Alves Romao
Sexo: masculino **Data Nasc:** 16/10/1964
Data do exame: 18/10/2018

RADIOGRAFIA DO OMBRO ESQUERDO

- Controle de tratamento.
- Aumento do espaço articular acrômio-clavicular com desvio superior da clavícula.
- Espaço gleno-umeral conservado.
- Comparar com exames anteriores.

Dra. Luisa de Paiva Dantas CRM SP: 172042

1/1





SISTEMA
Único de
Saúde

MINISTÉRIO
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PROCTUAB

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - RAÇA/COR

10.1 - ETNIA

11 - NOME DA MÃE

Masc. 1 Fem. 3

000

12 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TEL 34

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

000

14 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TEL 34

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

LHC grau IV. Nervos do Tto crural
Wkbr. Des

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

As citadas acima

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame físico + Imagem

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 DA PRÁTICA DE CUIDADOS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF DO PROFISSIONAL SOLICITANTE) (ASS-ETI Nº 1)

() CNS () CPF

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO

36 - Nº

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

42 - CNPJ EMPRESA

38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

43 - CNIE DA EMPRESA

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEQUER

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - CÓD. ORGÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS () CPF

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



206 A



REGISTRO DE INTERNAMENTO		
Nº AIH:	Nº ATENDIMENTO 394850	DATA: 27/02/2019 HS:
TIPO DE INTERNAMENTO: <input checked="" type="checkbox"/> CIRÚRGICO <input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO		
ACOMODADO: <input checked="" type="checkbox"/> Onf.	LEITO:	CONVÊNIO SUS
MATRICULA 201200732989383	VALIDADE	
ASS. DO RESPONSÁVEL PELO INTERNAMENTO:		

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
NOME: Darlon Alves Romão	SEXO: <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
DATA DE NASCIMENTO: 16/10/1964 RG: 1.498.619 CPF: 019.107.684-80	
FILIAÇÃO MÃE: Maria Romão Cavalcante	
PAI: José Alves Cavalcante	
ENDEREÇO: Av. Guaciliano Ferreira das Neves, 70	
BAIRRO: Centro	CIDADE: Caruaru
ESTADO: RN	CEP: 55685-000
RESPONSÁVEL:	PARENTESCO:
FONE: (84) 99891618	FONE: (84) 9611-8585 - Danielle (filha)
SUMÁRIO DE ALTA	
TIPO DE ALTA: <input type="checkbox"/> MÉDICA <input type="checkbox"/> ADMINISTRATIVA <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> EVASÃO <input type="checkbox"/> ÓBITO	
DATA: / / 2018 HORA:	ASS. RESPONSÁVEL DO SETOR:

RESUMO DO QUADRO CLÍNICO
<p>PACIENTE COM LUXAÇÃO CRÔNICA DE CLAVÍCULA ESQUERDA, INTERNA PARA CORREÇÃO CIRÚRGICA.</p> <p>PRONTOCLINICA DA CRIANÇA LTDA CNPJ: 09.417.742/0001-91 Confere com o Original Data: 27/02/2019 Patricia Medeiros</p> <p>Dr. Maxsuelton Alves CRM/RN 7569 TEOT 15233 Ortopedia e Traumatologia Cir. Ombro e Cotovelo</p> <p>Prontoclinica da Criança Ltda Patricia Medeiros Faturista</p> <p>CARIMBO E ASS. DO MÉDICO</p>



PACIENTE:

BOLETIM

PLA DE CIRURGIA - PRONTUCLINICA DA CRIANÇA

UO GURGEL

CIRURGIAS REALIZADAS:

Ortopedia - uniao cirurgica + fratura de humero + uniao + osteotomia

EQUIPE MEDICA

DR. MARCELO RIVERA

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

ORFÃO 2569 TEG 15333

CONVENIO:

COD. PROCEDIMENTO:

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

040801018/040806046

PROTÓCOLO

DR. PAULO G.

DATA: 21/11/2018

HORA: 08:05:30

TERMINO:

SANGUE:

ARRUELAS

CIDEX POR ML

CIMENTO ORTOPEDICO

FO DE KIRSCHNER

FO DE LUQUE

FIXADOR EXTERNO

GANCHO

GEOLFOAM

GRAMPO

HASTER

LIGAMENTO SINTETICO

PARAFUSO CORTICAL

PARAFUSO ESPONJOSO

PARAF. INTERF. TITANIO

PINO

PINO DESLIZANTE

PLACA

PARAFUSO CANTILADO

LAMINA DE SHAVER

PROTESE

SURGICEI

DRILL ELETRICO

ASPIRADOR

PARAFUSO ANCORAS

PLAST ANEL 1.4

PARAFUSO TRANSVERSO

URETRAL 4

ASPIRACAO TRAQUEAL 04

NASO LONGA 04

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

SONDA DE FOLEY

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM DO CENTRO CIRÚRGICO

NOME Darlan Alves Romão Nº REGISTRO 3948 50
Data Nascimento 16/10/64 IDADE 54 Sexo M LEITO: 206A Data de Admissão 20/12/18
MÉDICO: Dr. Maxuelton

ADMISSÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

JEJUM COMPLETO INCLUINDO AGUA? () Não (X) Sim início 22:00 PESO 89,45 Kg Altura: 1,76 cm
RETIRADA DE PRÓTESES/ORTESE/ADORNOS: (X) SIM () NÃO
ALERGIAS: (X) NÃO () SIM: negativa
DOENÇAS PREGRESSAS: () DM () HAS () TABAGISMO () HIV () Hep B () Hep C () Arritmias () DPOC () AVC ()
Marcapasso () Outros: negativa Medicamentos de uso frequente: negativa
Consentimento Cirúrgico Preenchido () Não (X) Sim
Exames: (X) Labor () Raio x () USG () TC () RNM (X) Risco cirúrgico Outros: _____
Encaminhado: () Deambulando (X) Cadeira de Rodas () Maca (X) consciente () Inconsciente (X) Orientado ()
Desorientado

Anotações de Enfermagem : _____

Conferido informação acima por: tenorino Admitido na sala: 02 Hora _____

ETAPA I: PRÉ -INDUÇÃO CHECK LIST CIRURGIA SEGURA

Cirurgia Proposta Desbaste de clavícula

POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO: (X) Limpa () Contaminada () Potencialmente Contaminada () Infectada

1. Equipe completa presente (X) Sim () Não
2. Paciente com identificação e cirurgia confirmada (X)
3. Termo de consentimento (X) Cirúrgico () hemoterapico () não, caso não esteja assinado contatar o médico.
4. Local da intervenção marcado corretamente (X) sim () não () não aplicável
5. Bisturi elétrico disponível e testado (X)
6. Aparelho de Anestesia (X)
7. Equipamento de Vídeo ()
8. Monitor Multi-Parâmetro (X)
9. Saída de: Oxigênio (X) Ar Comprimido () Vácuo (X)
10. Aspirador cirúrgico disponível e testado (X)
11. Mesa cirúrgica testada (X)



12. Hemoderivados solicitados e reservados () sim () não ☒ Não aplicável
 13. Paciente tem alergia conhecida () sim ☒ não
 14. Aparelho de anestesia testado ☒ sim () não
 15. Esterilizações dos instrumentais com indicadores ☒ sim () não

ETAPA II: PRÉ-INCISÃO

16. Confirma nome do paciente, local da intervenção e cirurgia proposta ☒
 17. Confirma preparo da pele com clorexidine degermante e tópica ☒ Sim () não
 18. Confirmar antibiótico profilático administrado ☒ sim () não aplicável
 19. Paciente em posição adequada ☒ sim () não

EQUIPE DE ENFERMAGEM

20. Confirmar se a disponibilidade dos materiais e equipamentos solicitados para cirurgia ☒
 20. Confirmar com a equipe médica se os exames necessários estão disponíveis ☒
 21. Confirma bisturi elétrico e placas instalados corretamente ☒

INTRA-OPERATORIO

Posicionamento: Dorsal ☒ Lateral direita () Lateral esquerda () Posição Ginecológica ()
 () Decúbito Proclie () Decúbito Ventral

Monitorização cardíaca: ☒ sim () não PNI/Manguito em: U1D

Passado faixa de smarch: Não () sim, em: _____ Início _____ Termina _____ Placa neutra: Local: M1E

Soluções Antissépticas Usadas no Campo Operatório: ☒ Clorex degermante () Clorex aquoso
☒ Clorex Alcolica () PVPI degermante
 () PVPI tintura () _____

Infusões: SF0,9% _____ ml R.Lactato: _____ ml R.Simples _____ ml SG5% _____ ml

Drenos: () Penrose nº _____ () Porto-vac nº _____ () Tórax nº _____

Sinais vitais: PA 120/60 mmHg FC: 79 bpm Sat: 100 % T: _____ °C Hora: 11:00

Anestesia: Início 09:45 Término 12:10 ☒ Geral Inalatório () Geral Venosa () Sedação () Local
 () Peridural () Raquí ☒ Bloqueio: _____

IOT: () Não ☒ sim - Cânula nº 2,5 IOT aramado: ☒ não () sim nº _____

AVP: () não ☒ sim MSE Jelco nº 2 por _____

Cateter O2: () não () sim SNG: () NÃO () SIM Nº _____ SVD () NÃO () SIM Nº _____

Ferida operatória: Curativo limpo

Cultura: _____ Anát. Patológico: () Não () Sim _____

Material Explantado: _____ Unid _____

Conferido por _____ Intercorrência _____

ETAPA III: ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA

Confirmar se a contagem de compressas, instrumentais e agulhas foi realizada () sim () não
 Caso a cirurgia realizada não tenha sido a proposta, _____

Medicações administradas (anotar horários) Cefazolina 1g 2h + 1h Tenoxicam 40mg
1ml Dipirone + 1ml Dexametasona + 1ml Bromofenidol + 1ml Amitidina
Adm. em sala operatório Por DR. Arthur Saldan.



Prontoclinica Dr. Paulo Gurgel
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

PACIENTE: Darson Alves Romão
DIAGNOSTICO MÉDICO: pluvicula (E)

MÉDICO: Dyemo

SETOR: 1

LEITO: 206 A

PROCEDÊNCIA: () DOMICILIAR () HOSPITALAR: QUAL: _____

ALERGIAS: Não

DOENÇAS PRÉ-EXISTENTES: Não

EVOLUÇÃO 19/11/18

HORÁRIO: 20h

ASPECTO GERAL

(☒) CONSCIENTE (☒) ORIENTADO () ALGO ORIENTADO
(☒) ATIVO (☒) REATIVO () HIPOATIVO
() HIPERTÔNICO () HIPOTÔNICO
() COMATOSO () SEDADO () ANASARCA () EDEMA

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

() AVP: _____
() AVC: _____
() Jelco: _____
() Scalp: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

() HV _____
() BI _____
() ATB _____

PELE

(☒) HIDRATADA (☒) RESSECADA () ICTÉRICA
() NORMOCORADA () HIPOCORADA () CIANOSE
() EXTREMIDADE FRIAS (☒) NORMOTÉRMICA
() HIPOTERMIA: _____
() HIPERTERMIA: _____
() DRENO Local: _____

Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

(☒) EUPNEICO () DISPNEICO () TAQUIPNEICO
() BRADIPNEICO () TIRAGEM: _____
() RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: _____
() TAQUICÁRDICO (☒) NORMOCÁRDICO () BRADICÁRDICO

VENTILAÇÃO

(☒) O2 AMB () MV _____ % () HOOD: _____
() ENTUBADO TOT Nº _____
OBS: _____

ELIMINAÇÕES

DIURESE
(☒) ESPONTÂNEA () SVA A CADA: _____
() HEMATÚRIA () OLIGÚRIA () ANÚRIA
() POLIÚRIA () SVD _____
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

EVACUAÇÃO

(☒) ESPONTÂNEA
() ESTÍMULO: _____
() AUSENTE _____ DIAS
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

APARELHO DIGESTÓRIO

ABDOMEN
(☒) FLACIDO () GLOBOSO () SEMI GLOBOSO
() DISTENDIDO () DOR A PALPAÇÃO
() TIMPÂNICO () MACIÇO () RUÍDOS HIDROAÉREOS

LOCOMOÇÃO

(☒) DEAMBULANDO () CADEIRA DE RODAS
() SOBRE MACA () MULETA

DIETA

() AO SEIO () ORAL/COPINHO () GTM
() SOG/SNG _____
() RESÍDUO GÁSTRICO: _____
(☒) ZERO () VÔMITO _____ vezes

OBSERVAÇÕES: paciente bem quizado, orientado quanto a dieta que
após 22h, melhora no prurito, 2 piculinas de K,
sem prurido e sem lesões cutâneas.

Ana Clécia de Sousa Bezerra

COREN/RN 000.536.101-ENF

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

EVOLUÇÃO 20/12/18

HORÁRIO: 17h

ASPECTO GERAL

(☒) CONSCIENTE (☒) ORIENTADO () ALGO ORIENTADO
(☒) ATIVO (☒) REATIVO () HIPOATIVO
() HIPERTÔNICO () HIPOTÔNICO
() COMATOSO () SEDADO () ANASARCA () EDEMA

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

(☒) AVP: _____
() AVC: _____
() Jelco: _____
() Scalp: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

(☒) HV _____
() BI _____
(☒) ATB _____

VENTILAÇÃO

(☒) O2 AMB () MV _____ % () HOOD: _____
() ENTUBADO TOT Nº _____
OBS: _____

ELIMINAÇÕES

DIURESE
(☒) ESPONTÂNEA () SVA A CADA: _____
() HEMATÚRIA () OLIGÚRIA () ANÚRIA
() POLIÚRIA () SVD _____
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

EVACUAÇÃO

(☒) ESPONTÂNEA



PELE

☒ HIDRATADA ☐ RESSECADA ☐ ICTÉRICA
☒ NORMOCORADA ☐ HIPOCORADA ☐ CIANOSE
☐ EXTREMIDADE FRIAS ☒ NORMOTÉRMICA
☐ HIPOTERMIA: _____
☐ HIPERTERMIA: _____
☐ DRENO Local: _____
Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

☒ EUPNEICO ☐ DISPNEICO ☐ TAQUIPNEICO
☐ BRADIPNEICO ☐ TIRAGEM: _____
☐ RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: _____
☐ TAQUICÁRDICO ☒ NORMOCÁRDICO ☐ BRADICÁRDICO

☐ ESTÍMULO: _____
☐ AUSENTE _____ DIAS
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

APARELHO DIGESTÓRIO

ABDOMEN
☒ FLACIDO ☐ GLOBOSO ☐ SEMI GLOBOSO
☐ DISTENDIDO ☐ DOR A PALPAÇÃO
☐ TIMPÂNICO ☐ MACIÇO ☐ RUÍDOS HIDROAÉREOS

LOCOMOÇÃO

☒ DEAMBULANDO ☐ CADEIRA DE RODAS
☐ SOBRE MACA ☐ MULETA

DIETA

☐ AO SEIO ☒ ORAL/COPINHO ☐ GTM
☐ SOG/SNG _____
☐ RESÍDUO GÁSTRICO: _____
☐ ZERO ☐ VÔMITO _____ vezes

OBSERVAÇÕES: _____

*Paciente em BPT - SGA
 Ag. reações BPT
 Cuidado com o*

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

ASPECTO GERAL

☒ CONSCIENTE ☒ ORIENTADO ☐ ALGO ORIENTADO
☒ ATIVO ☒ REATIVO ☐ HIPOATIVO
☐ HIPERTÔNICO ☐ HIPOTÔNICO
☐ COMATOSO ☐ SEDADO ☐ ANASARCA ☐ EDEMA

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

☒ AVP: _____
☐ AVC: _____
☐ Jeico: _____
☐ Scalp.: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

☐ HV _____
☐ BI _____
☒ ATB *cefazolin*

PELE

☒ HIDRATADA ☒ RESSECADA ☐ ICTÉRICA
☒ NORMOCORADA ☐ HIPOCORADA ☐ CIANOSE
☐ EXTREMIDADE FRIAS ☒ NORMOTÉRMICA
☐ HIPOTERMIA: _____
☐ HIPERTERMIA: _____
☐ DRENO Local: _____
Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

☒ EUPNEICO ☐ DISPNEICO ☐ TAQUIPNEICO
☐ BRADIPNEICO ☐ TIRAGEM: _____
☐ RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: _____
☐ TAQUICÁRDICO ☒ NORMOCÁRDICO ☐ BRADICÁRDICO

OBSERVAÇÕES: _____

*OK R-X P2 OK
 5/12*

Kassya W. S. de Souza
 Enfermeira
 COREN/RN: 234248

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro



PRONTOCLINICA
Dr. Paulo Gurgel

RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE Lanton Altes Ramao
 APTO.: 208 A Nº REGIST. _____
 CONVEN. _____
 DATA / H _____

USO DE:		DATA / H		USO DE:		DATA	
BOMBA DE INF.	DIL			ECG			
NEBULIZADOR	Nº			OXIG./UMIDIF.			
ASPIRADOR	DIL			BERÇO AQUECIDO			
CURATIVO				FOTOTERAPIA			
				INCUBADORA			
DATA	HORA	ANOTAÇÃO					

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
20-12-18	09:15	Ret. Inr. de CC. Em anexo ao pront.: 01 pel. RX + Ex. laboratoriais + Rinc. cirurgica.	Maria Juliana C. Rodrigues COREN-RN 199698-TE
20-12	19:45	Ret. Retorno do ex. trazendo seu prontuário.	Jessika Alana Freire da Costa COREN-RN 338.757-TE
20-12	16h	Adm. med. Dipirona 1amp + 20ml AD, EV. Com. prescrita.	Maria Juliana C. Rodrigues COREN-RN 199698-TE
20/12/18	18:00	Adm. med. Paracetamol 1amp + 20ml de ABX com. prescrita.	Jessika Alana Freire da Costa COREN-RN 338.757-TE
20-12-18	20:00	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
20-12-18	22:00	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	02:00	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	04:00	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	08h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	10h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	12h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	14h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	16h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	18h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	20h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
21-12-18	22h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	00h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	02h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	04h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	06h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	08h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	10h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	12h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	14h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	16h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	18h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	20h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
22-12-18	22h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	00h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	02h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	04h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	06h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	08h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	10h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	12h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	14h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	16h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	18h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	20h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
23-12-18	22h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	00h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	02h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	04h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	06h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	08h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	10h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	12h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	14h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	16h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	18h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	20h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
24-12-18	22h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
25-12-18	00h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
25-12-18	02h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
25-12-18	04h	Adm. med. A. Inicial 20ml + 20ml de ABX com. prescrita.	Edineize 960807
25-12-18	06h	Adm. med. A	



PREScrição Médica

PACIENTE **Barbosa Alves Romão**

CONVÊNIO:

APTO/ENF:

DATA: **20/02/18**

PREScrição

Meta Livre

HORARIOS

2) R.C. 500ml EV 8/12h

3) DEFAROLINA 1g + 200ml EV, 8/12h.

4) FENOTICINA 20mg + 200ml ROR, EV, 21/12h.

5) TETRACINA 4g + 200ml ROR, EV 6/6h.

6) TRAMADOL 100mg + 100ml 8/8h.

Plasti Romp 1 EV, 8/8h, 5m

ESV

21/12/18

Barbosa Alves Romão

atlas

Dr. **Marcos Vinícius**

Otopedista - 7559 / EOT 12232

Cl. Onip. e. Carotídeo

Dr. **Marcos Vinícius**

Otopedista - 7559 / EOT 12232

Cl. Onip. e. Carotídeo

Dr. **Marcos Vinícius**

Otopedista - 7559 / EOT 12232

Cl. Onip. e. Carotídeo

Dr. **Marcos Vinícius**

Otopedista - 7559 / EOT 12232

Cl. Onip. e. Carotídeo

Dr. **Marcos Vinícius**

DÉBITOS

SERINGA 01	
SERINGA 03 cc	
SERINGA 05 cc	
SERINGA 10 cc	
SERINGA 20 cc	
EQUIPO MICROGOTAS	
EQUIPO P/ BI	
EQUIPO P/ SANGUE	
JELCO Nº	
SCALP Nº	
POLIFIX	
LUVA PROCEDIMENTO	
LUVA ESTER. Nº	
GASES PCT	
ESPARADADO	
MICROPORRE	
PVPI	
ETER	
ALCOOL 70%ml	
ALGUDÃO BOLA	
AGULHA DESC. 20x04mm 5x1	
GREPOM Nº	
ALGODÃO ORTOP.	
CEPACOL ml	
POMADA	
SONDA DE FOLEY	
SONDA URETRAL	
SONDA NASO	
COLETOR FECHADO	
COLETOR ABERTO	
LAMINA BISTURI	
ELETRODO	
MASC. DESCAT	
SORO FISO. 0.9%	
FITA HGT	

RC FARMACIA

RECIBO

Dr. **Marcos Vinícius**
Otopedista e Transcritor
CRM-AM 5381 - EOT 12232

De: Paulo Corrêa

Nome completo: Paulo

RG:

Carteira profissional:

(Instituição de ensino)

Modelo de: Feitura

Local:

() Hipótese () Retorno

Reconhecimento de cliente no Centro Cirúrgico

Identificação do cliente

☒ Nome CNIL

☒ Apresentação

☒ Selo cirúrgico

☒ Selo cirúrgico

☒ Consentimento e assinatura

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

Antes da história anestésica

Check list

☒ Confirmação sobre o cliente

☒ Identificação do cliente

☒ Selo cirúrgico e ser feita

☒ Apresentação e ser realizado

☒ Consentimento e assinatura

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

Antes do iniciar a cirurgia

Check list

☒ Apresentação oral, nome e número de

☒ Selo cirúrgico

☒ Apresentação

☒ Consentimento e assinatura

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

Antes do cliente sair de S?

Check list

☒ Procedimento realizado

☒ A contagem de compressa, agulhas e

☒ Instrumentos está correto?

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

☒ Consentimento

☒ Assinatura

COREN-RN 199688-TE

Assinado eletronicamente por: Kelly Maria Medeiros do Nascimento - 01/02/2019 13:33:47

APT: 006 A

CONVENIO.:





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0800262-47.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: DARLON ALVES ROMAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.



Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN n°. 6860, CPF/MF n°. 030352564-97, RG n°. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente n°. 13085-0, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AçU/RN, 4 de fevereiro de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0800262-47.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: DARLON ALVES ROMAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.



Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AçU/RN, 4 de fevereiro de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

De ordem da Exmo(a). Sr(a). Dr(a).

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Assu, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR Vossa Senhoria para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800262-47.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: DARLON ALVES ROMAO

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO/DECISÃO: Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, §



único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50) Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar. Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0 onsiderando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico. Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído. Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias. Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida. Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta. Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

AçU/RN, 5 de fevereiro de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

<p>1ª Vara da Comarca de Assu</p> <p>RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000</p> <p>Processo: 0800262-47.2019.8.20.5100</p>	<p>1ª Vara da Comarca de Assu</p> <p>RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000</p> <p>Processo: 0800262-47.2019.8.20.5100</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>







AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 68805237 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

1ª Vara da Comarca de Assu

Rua Dr. Luiz Carlos, 230 – Fórum da Justiça
Estadual – Novo Horizonte – Assú/RN – CEP:
59.650-000.

Processo: 0800262-47.2009.8.20.5100

UF

BRASIL
BRÉSIL



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Destinatário:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

Edifício Citibank, Rua da Assembléia, 100 –
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20011-904.

LE DU DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

SEGURADORA LÍDER

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

ASSINATURA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Maycon Mendonça de Lima
RG: 20.748.102-9

R. Júnior
8.956.534-7

CDD 1º DE MARÇO - DRIV
15 FEV 2019
RIO DE JANEIRO/RJ

DO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CONTESTAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN

Processo: 08002624720198205100

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DARLON ALVES ROMAO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o **registro da ocorrência policial, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade**.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frise-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**, inscrito sob o **nº11929 - OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ASSU, 8 de março de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**, inscrita na OAB/RN sob o nº 11.929 e **ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.140, com escritório na Rua João da Escóssia, 196, Nova Betânia, Mossoró - RN, CEP 59.607-330, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DARLON ALVES ROMAO**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **ASSU**, nos autos do Processo nº 08002624720198205100.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

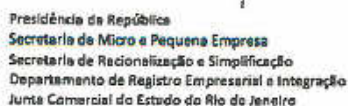
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





NÃO É A SEDE DA FILIAL OU UNDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tips for Success

Sociedade anônima

State Empowered

Normal

NR 4a Protocols

00-2018/017153-4 26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(s): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC9943D69D4

Órgão	Calculado	Pago
Juiz	570,00	570,00
DEI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEVAT S/A

NIRE: 333.0429479-6 Protocolo: 36-2018/817153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2018 SOB O NÚMERO 00003749058 e demais constantes do texto de autenticação.

Anticpica=80: FD6974386FA48220CFDE54856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDA80X1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.jf.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n.º de protocolo. Pag. 2/13



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 12/03/2019 10:01:08

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031209523991700000039058154>

Número do documento: 19031209523991700000039058154

Num. 40373690 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 03003149003 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF6874CF233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.br.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.2028479-6 Protocolo: E0-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 03003149053 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: F76974386FA48220CFDE4B556AFAD85ECF8FFD5CF68742F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003143055 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CTDD4B56AFAD5EBC78FFD5CF6E740F231E495AEDA8CE1F8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 0/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 10-2018/013193-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA4E220CPDE4856AFAD25ECF8FF5CF68741F233E496AFDA80E1FB3	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 10/10	





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/3

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F.S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4290508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7B45C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

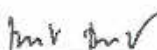
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4598511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral





4995512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4995513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4898515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Barvanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Páginas 10 de 10

Bernarito F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabellião: Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2109-9100	ADB28690 088574
Prestação por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	de verdade.	Conf. por: CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Paula Cristina A. D. Gaspar
EOLP-54081 H01, C01-56882 BR5		3,7% Escrevente
a https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		3396 40062 série 00077 ME Art. 20 § 3º Lei 5.395/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n°: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeço intimação à parte autora, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da contestação/preliminares suscitadas.

AçU/RN, 13 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n°: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeço intimação à parte autora, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da contestação/preliminares suscitadas.

AçU/RN, 13 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria



EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO(A) SR. (A) DR. JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ASSÚ-RN.

PROCESSO: 0800262-47.2019.8.20.5100

Autor: DARLON ALVES ROMÃO

Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

DARLON ALVES ROMÃO, já devidamente qualifica danos presentes autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da exordial, vem perante Vossa Excelência, apresentar a **IMPUGNAÇÃO**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

Aparte autora invocou tutela jurisdicional do Estado, onde a diferença é inviabilizada pela Recorrente, indevidamente, que fazendo com base na Circular nº 050/2000, de lavrada Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, onde utiliza critérios administrativos para o pagamento da indenização afirmando que o pagamento da mesma está condicionado as normas impostas pela CNSP, bem como, a exigência do DUT do veículo devidamente quitado, digo, em dia, e parâmetros sem qualquer fundamento legal reduzindo o quantum do seguro obrigatório aos beneficiários, vítima do trânsito em nosso país.

I-DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA REQUERIDA

I.1-DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA REQUERIDA, EM FUNÇÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO DPVAT

Não assiste razão a demandada, visto que, o art. 7º da Lei nº 8.441/92 determina o seguinte:

“ A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido , será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)



Observa-se que as seguradoras que exploram o seguimento DPVAT, se negam a liquidar o sinistro, quando o beneficiário não comprovar de forma efetiva o recolhimento do DUT do veículo sinistrante devidamente quitado, posição esta que vai de encontro com o art. 5º da Lei nº 6.194/74, que determina o pagamento da indenização mediante simples prova do acidente.

Acontece que as Leis nº. 6.194/74 e nº 8.441/92, não estão sob o julgo, o império das Circulares e Resoluções administrativas do CNSP, exceto na visão da recorrente. O que se observa é que o DPVAT, é coordenado e administrado de forma atípica pela Seguradora Líder dos Consórcios -DPVAT, órgão que gerenciam as seguradoras, editando normas administrativas, que segundo a ótica da Requerida, estão as mesmas acima da norma jurídica.

Como se observa a Lei, não pode se curvar aos interesses macro ambiciosos das seguradoras, que militam no ramo de seguro deste país, sendo que, na verdade o veredicto, caracterizaria num pressuposto perigoso para o cidadão comum .

I.2 - DA CARÊNCIA DE AÇÃO- FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

Não assiste razão a demandada, para tanto, basta apenas observar, folhear a presente ação, que os documentos acostado aos autos, sendo que, não pode ainda ser acolhida a versão de que antes de ajuizar a presente demandada, deve esgotar as vias administrativas. O argumento da requerida, cai por terra diante o Princípio Constitucional da “Inafastabilidade do Judiciário”.

A parte promovente ao contrario do que afirmado pela requerida, segue as determinações elencadas no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que determina o pagamento da indenização mediante a simples prova do acidente e do dano por ele provocado.

- DA CONFEÇÃO DA PROVA PERICIAL, EXIGIDA POR LEI:

- DA PARCERIA FIRMADA ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE E A SEGURADORA LIDER - REALIZAÇÃO DE PERICIAS MEDICAS - CONVENIO 01/2013

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e a Seguradora Líder - responsável no país pela administração do Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) - formalizaram um



convênio, em 22 de agosto de 2013, para garantir o custeio de perícias em processos relacionados a acidentes de trânsito.

De acordo com os termos do convênio, a realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos magistrados em quaisquer ação que envolvam o seguro DPVAT, independentemente da entidade/seguradora demandada. O juiz indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas.

As perícias realizadas serão pagas pela seguradora Líder, a um valor fixo de R\$ 200, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

Torna-se um avanço sem grande valia para as perícias relativas ao DPVAT, possam ser confeccionadas, pondo um fim aos despacho que determinaram que as vitima de acidente deveria se curvar as deliberações e intermináveis filas do ITEP-RN. É o fim da situação vexatória criada pelo órgão publico, dessa forma torna imperioso e acima de tudo prudente a decisão do TJ/RN, que deliberou resolução para que, as pericias possam ser firmadas por iniciativa do próprio Juiz “a quo”.

Após a resolução como se infere até mesmo médicos do PSF, podem ser indicados e nomeados pelo Juízo, afim de realizar as periciais medicas nos beneficiários, fato este que poderá levar Vossa Excelência, a julgar tais efeitos com celeridade, tão almejada por aqueles que buscam o Poder Judiciário.

As demais preliminares se confundem como o mérito da presente demanda, devendo as mesmas serem rejeitas por total falta de amparo legal.

III - DO REQUERIMENTO:

PELO EXPOSTO, aguarda-se seja julgada procedente a presente demanda, sendo condenada a requerida em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, e custas processuais, requerendo ainda:

Seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a seqüela permanente que assola o requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ/RN, e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013).



Desde já apresenta a parte requerente os quesitos a serem respondidos pelo douto perito, as quais seguem em anexo.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Assú-RN, em 19/03/2019.

Bela. KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO
OAB 7469/RN

QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO PERITO INDICADO PELO JUIZO

1- A INVALIDEZ A QUAL ENCONTRA-SE RESTRITO O AUTOR, AFETA A FUNCIONABILIDADE DO MEMBRO SUPERIOR/INFERIOR?

2- Qual a repercussão da invalidez no membro afetado?

3- Existem sequelas residuais?

4- Caso positivo em que percentual?





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n.º: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assú/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia.

AçU/RN, 19 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n.º: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assú/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia.

AçU/RN, 19 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n.º: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assú/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia.

AçU/RN, 19 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n.º: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: DARLON ALVES ROMAO
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assú/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia.

AçU/RN, 19 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª Vara DA COMARCA DE Assu
AçU

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação:PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: DARLON ALVES ROMAO
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Doutor(a) Aline Daniele Belem Cordeiro Lucas, Juíza de Direito da 1ª Vara de Assu, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

MANDA o Oficial de Justiça, a quem deverá ser apresentado este mandado, expedido nos autos da ação acima descrita, que em seu cumprimento proceda a INTIMAÇÃO do(a) Sr(a) DARLON ALVES ROMAO POVOADO FAZENDA NOVA, 26, CASA, ZONA RURAL, AçU - RN - CEP: 59650-000 para tomar total conhecimento do ato praticado: **[Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assú/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia].**

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19020113334215500000037376450
DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos	19020113111791900000037376505
PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA	Procuração	19020113113044500000037376511
DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	19020113114391100000037376522
SINISTRO-1	Documento de Comprovação	19020113120846300000037376531
SINISTRO	Documento de Comprovação	19020113122245700000037376540
DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR..	Documento de Comprovação	19020113125393400000037376553
Despacho	Despacho	19020411390606100000037436283
Citação	Citação	19020411390606100000037436283



Citação	Citação	19031211404602600000037471916
Habilitação em processo	Petição	19031210010519200000039058082
2570575 CONTESTACAO 01	Contestação	19031209522813000000039058132
PROCURAÇÃO SEGURADORA LÍDER	Procuração	19031209523991700000039058154
AR Seguradora Lider dos Consórcio JT 68805237 2 BR	Aviso de recebimento	19031211404609900000039065117
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19031310362219800000039094413
Intimação	Intimação	19031310362219800000039094413
Petição	Petição	19031913495424200000039531801
DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos	19031913425685800000039531896
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201

Assu/RN, 28 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Processo nº: 0800262-47.2019.8.20.5100

ID do documento: 41428808

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que PROCEDI à intimação do(a) autor(a) Darlon Alves Romão, o(a) qual(is) após tomar(em) conhecimento do inteiro teor deste, apôs a sua nota de ciência, entregando-lhe a contrafé pertinente ao presente feito. O referido é verdade e dou fé.

AÇU/RN, 22 de abril de 2019

NILTON GUILHERME LOPES

Oficial de Justiça

Mat. 157.209-1

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª Vara DA COMARCA DE Assu
AçU

99611-8585

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº: 0800262-47.2019.8.20.5100

Ação:PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: DARLON ALVES ROMAO

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Doutor(a) Aline Daniele Belem Cordeiro Lucas, Juíza de Direito da 1ª Vara de Assu, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

MANDA o Oficial de Justiça, a quem deverá ser apresentado este mandado, expedido nos autos da ação acima descrita, que em seu cumprimento proceda a INTIMAÇÃO do(a) Sr(a) DARLON ALVES ROMAO POVOADO FAZENDA NOVA, 26, CASA, ZONA RURAL, AçU - RN - CEP: 59650-000 para tomar total conhecimento do ato praticado: **[Conforme despacho proferido pela MM Juíza, titular desta 1ª Vara, aprazo a perícia para o dia 31 de maio de 2019, a partir das 08:00 horas, a ser realizada no Fórum João Celso Filho, localizado à Rua Dr. Luiz Carlos, 230, Novo Horizonte, Assu/RN, tel 3331-5247, expeça-se mandado/Carta de intimação ao autor e publique-se, advertindo as partes que deverão comparecer a perícia acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos, se assim entenderem necessário, assim como dos documentos pessoais e todos os exames relativos à perícia].**

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19020113334215500000037376450
DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos	19020113111791900000037376505
PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA	Procuração	19020113113044500000037376511
DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	19020113114391100000037376522
SINISTRO-1	Documento de Comprovação	19020113120846300000037376531
SINISTRO	Documento de Comprovação	19020113122245700000037376540
DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR..	Documento de Comprovação	19020113125393400000037376553
Despacho	Despacho	19020411390606100000037436283
Citação	Citação	19020411390606100000037436283
Citação	Citação	19031211404602600000037471916

01/04/2019 14:26



Assinado eletronicamente por: NILTON GUILHERME LOPES - 22/04/2019 16:00:15

<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042216001551200000040751595>

Número do documento: 19042216001551200000040751595

Habilitação em processo	Petição	19031210010519200000039058082
2570575 CONTESTACAO 01	Contestação	19031209522813000000039058132
PROCURAÇÃO SEGURADORA LÍDER	Procuração	19031209523991700000039058154
AR Seguradora Lider dos Consórcio JT 68805237 2 BR	Aviso de recebimento	19031211404609900000039065117
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19031310362219800000039094413
Intimação	Intimação	19031310362219800000039094413
Petição	Petição	19031913495424200000039531801
DARLON ALVES ROMÃO	Outros documentos	19031913425685800000039531896
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201
Intimação	Intimação	19032115421869400000039539201

Assu/RN, 28 de março de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

x DARLON ALVES ROMÃO

999891618



Assinado eletronicamente por: PEDRO BATISTA DE SALES NETO
<https://pje.tjrj.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 41428808



19040114240266800000040078409

01/04/2019 14:26



LAUDO PERICIAL



Eduardo Chagas Carvalho
Médico CRMPB 5638/CRM RN 6860

PROCESSO Nº: 0800262-47.2019.8.20.5100

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE BENEFÍCIO DO
SEGURO DPVAT**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009
que altera a Lei 6.194 de 14/12/1994)

Nome completo: Darlon Alves Romão

CPF: 019.107.684-80

Endereço completo: Povoado Fazenda Nova, nº 26, Zona Rural, Assú/RN

Informações do acidente

Local: RN 016

Data do Acidente: 06/10/2018

Descrição do Acidente: Periciado era condutor em uma moto que perdeu o controle ao colidir com outra moto na via.

Concordância com a realização da avaliação médica.

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim () Não () Prejudicado
Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(uais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?
Fratura da clavícula esquerda.

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim as lesões são compatíveis temporalmente e com o mecanismo de trauma relatado.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:



- () disfunções apenas temporárias

- (X) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo Informar as limitações físicas irreparáveis e definitivos presentes patrimônio físico da vítima

Apresenta limitação de movimentos do ombro esquerdo(flexão, extensão e diminuição de força).

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador (es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirma a sua graduação:

Segmento corporal acometido: **Ombro esquerdo**

- () Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

- () Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b. 1() Parcial Completo

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum seguimento corporal da vítima).

b.2 (X) Parcial Incompleto.

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) seguimento corporal da vítima).

b.2.1() Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § do art.3º da Lei 6194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.



Segmento anatômico	Marque aqui o percentual
1º Lesão () 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa	
Ombro esquerdo	
2º Lesão () 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa	
3º Lesão () 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa	
4º Lesão () 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa	

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

VII Quesitos das Partes

Quesitos do DPVAT

1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?

Sim. Sim.

2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?

Sim, decorre do acidente narrado.

3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL OU PARCIAL?

Parcial.

4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?

Lesão parcial incompleta leve do Ombro esquerdo.

Local e data da realização do exame médico: Assinatura do médico perito-CRM Assú, 31 de maio de 2019.

Edmundo Chagas
DR. EDUARDO CHAGAS CARVALHO
MÉDICO DO TRABALHO
CRM-PB 5638/ CREMERB 6860

Requer a expedição de alvará para levantamento dos honorários periciais.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, Açu - RN - CEP:
59650-000

Processo n°: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeço intimação às partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca da perícia realizada.

AÇU/RN, 10 de junho de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n°: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeço intimação às partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca da perícia realizada.

AÇU/RN, 10 de junho de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria



Em anexo



ASSU & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria M.do Nascimento

Rua Doutor Luís Carlos, 275

Dom Elizeu, Assú - RN.

Tel.: (84) 9.9991-1313/9.9600-9440

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CIVIL DA COMARCA DE ASSÚ, RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO: 0800262-47.2019.8.20.5100

REQUERENTE: **DARLON ALVES ROMÃO**

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER.

MANIFESTAÇÃO SOBRE LAUDO:

Douto Julgador,

DARLON ALVES ROMÃO, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra demandada, em tramite perante este r. Juízo, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, perante Vossa Excelência, apresentar **manifestação do laudo**, expondo e ao final requer:

Torna-se oportuno ressaltar o espaço aberto por Vossa Excelência, para que essas questões sejam rebatidas pelas partes envolvidas no presente litígio, onde os peritos recaem pontos a serem observados, questionados e explanados sobre os laudos confeccionados no dia a dia, mesmo porque o tema é vasto, abrangente e atual na conjuntura de nosso país que é recordista em acidentes de trânsito. Mas uma vez, abre-se o espaço livre, democrático para abordar esse tema bastante controverso, sobre a extensão do dano e sua repercussão no corpo humano.

O direito é uma ciência dialética, mutante que se adéqua as transformações sociais, decorrentes dos fatos sociais, precisam de pessoas com mentalidade sabia para implementar tais mudanças interpretações não podendo um conceito definição ser único exclusivo.

O juiz não deve ter a preocupação de "cumprir" a lei, e sim, de fazer justiça ao caso concreto. Nesse sentido a lição de Eduardo Couture:

**"Teu dever é lutar pelo direito, porém, quando encontrares
o Direito em conflito com a justiça, luta pela justiça."**



-DO LAUDO PERICIAL ACOSTADO NOS AUTOS:

A prova acostada aos autos na verdade graduou, a invalidez do promovente como sendo 25% (vinte cinco por cento) ombro esquerdo, sendo que ,seguindo a tabela, cujo em anexo, o mesmo deveria ter recebido: **R\$ 843,75 (Oitocentos e quarenta três reais e setenta cinco centavos)**.

O mesmo discordando dos valores reportados na "Tabela", bem como, da metodologia imposta na invalidez sediada em parte do corpo não incluindo a repercussão funcional, reitera que não foi indenizado na via administrativa.

-REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, com fundamento no art. 31, II d Lei 11.945/2009, seja **julgado procedente e condenada** a requerida a pagar a indenização no valor de **R\$ 843,75 (Oitocentos e quarenta três reais e setenta cinco centavos)**, devidamente atualizados desde data do sinistro, mas 20% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Espera e espera deferimento.

Assú-RN, em 11/06/2019

Bela. Kelly Maria M. Nascimento
-OAB/RN nº 7469-





Petição anexa no formato PDF.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN

Processo: 08002624720198205100

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DARLON ALVES ROMAO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2017** E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE O MESMO ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM O AGRAVAMENTO DA LESÃO DO OMBRO ESQUERDO.

CUMPRE ESCALRECER, **QUE O AUTOR JUNTOU DOUCMENTOS MÉDICOS**, DOCUMENTOS ESTES QUE NÃO CONFIRMAM A SEQUELA NO OMBRO ESQUERDO OU DOCUMENTO QUE CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DA LESÃO MENCIONADA, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

Salienta-se, que apesar de o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente do membro inferior esquerdo de repercussão leve (25%), o mesmo não se presta a comprovar o agravamento das lesões, uma vez que o autor não acostou documentos médicos capazes de comprovar as sequelas.

Ora V. Exa., como pode i. Perito atestar uma invalidez no ombro esquerdo leve (25%), com tanta precisão, se o autor não acostou exames suficientes para que o mesmo pudesse basear-se ou fazer alguma comparação, afinal, a autor realizou perícia somente após 1 ano do decorrido acidente

CUMPRE ESCLARECER QUE A PARTE AUTORA REQUEREU O PAGAMENTO, ATRAVÉS DA VIA ADMINISTRATIVA, OCORRE QUE, TODOS OS DOCUMENTOS FORAM DEVOLVIDOS PARA QUE O MESMO PUDESSE REGULARIZAR AS PENDÊNCIAS E SER ENCAMINHADO NOVAMENTE PARA ANÁLISE, O QUE NÃO OCORREU, O AUTOR INTENTOU IMEDIATAMENTE NA VIA JUDICIAL, RESTANDO, PORTANTO, CARECEDORA DO DIREITO DE AÇÃO, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Este vem sendo o entendimento de alguns tribunais, vejamos:

EMENTA:

“APELAÇÃO- SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT- AÇÃO PROPOSTA APÓS 03/09/2014 -AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA-FALTA DE INTERESSE DE AGIR – MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL APRECIADA PELO E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. É entendimento sufragado pelo E. Supremo Tribunal Federal no sentido de que a prévia postulação administrativa nas ações de cobrança do seguro DPVAT é condição de procedibilidade de a cesso à vi a judicial.”

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1001083-89.2017.8.6.0064 - COMARCA DE SÃO PAULO - APELANTE(S): RAFAEL CARLOS CANUTO - APELADO(A)(S): SEGURADORA LIDER DOS CONNSORCIOS O SEGURO DPVAT, 26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO TJ/SP. Relator Des. Renato Sartorelli julgamento em 20/07/2018).”

EMENTA:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO DO AUTOR. EFETIVA NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (REN.631.240/MG) DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AO APELO QUE, A PAR DE ABSOLUTAMENTE EXTEMPORÂNEA, RESUME-SE A TELA DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO DO AVISO DE SINISTRO, O QUE NÃO EVIDENCIA A EXISTÊNCIA DE PRÉVIA SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.”

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0302343-75.2017.8.24.0091- COMARCA DE SANTA CATARINA - APELANTE(S): ANTONIO NASCIMENTO COSTA - APELADO(A)(S): SEGURADORA LIDER DOS CONNSORCIOS O SEGURO DPVAT, 3ª CÂMARA CIVEL TJ/SC. Relator Des. Saul Steil - julgamento em 23/07/2018).”

Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.



Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do I. Perito, a fim de elucidar o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo e por não constar nos autos qualquer documentação médica e exames médicos que fossem capazes de comprovar o nexo e a lesão e no ombro esquerdo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ASSU, 12 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo nº: 0800262-47.2019.8.20.5100

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que passo a expedir ato ordinatório.

AÇU/RN, 17 de junho de 2019

PEDRO BATISTA DE SALES NETO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP:
59650-000

Processo n°: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: D A R L O N A L V E S R O M A O
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeço intimação ao perito nomeado para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca da impugnação apresentada pela ré.

AÇU/RN, 17 de junho de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria



Petição e comprovante anexos no formato PDF.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN

Processo: 08002624720198205100

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DARLON ALVES ROMAO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

ASSU, 12 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		11/07/2019	0214	2000111550847
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
10/07/2019	2570575	08002624720198205100	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
ApU	1 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DARLON ALVES ROMAO		Física	01910768480	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
FF61D707D600B3CB				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP:
59650-000

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO Nº 0800262-47.2019.8.20.5100

REQUERENTE: DARLON ALVES ROMAO

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

A Doutora ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS, Juíza de Direito do 1ª Vara da Comarca de Assu, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará de Autorização, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, pagar a Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, a quantia de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, devidamente corrigida, referente aos honorários periciais.

CONTA JUDICIAL OU GUIA DE DEPÓSITO N.º: **2000111550847**.

OBS: Fica a instituição bancária ciente de que não poderá reter o valor a título de imposto de renda. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Assu, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, DALIANY MERELLY MELO DO NASCIMENTO, Auxiliar de Secretaria, conferi e subscrevo.

Assu/RN, 17 de julho de 2019.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL AUTORIZADAS



CERTIDAO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ASSU/RN

Processo n.º 0800262-47.2019.8.20.5100

Ação: SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

AUTOR: DARLON ALVES ROMAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que dia 18/07/2019 o perito Eduardo Chagas Carvalho foi intimado acerca da impugnação ao laudo.

Assu/RN, 22 de julho de 2019

Daliany Merelly Melo do Nascimento
Auxiliar de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



ESCLARECIMENTOS DO PERITO





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA
DA COMARCA DE ASSÚ – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

ESCLARECIMENTO DE LAUDO PERICIAL

PROCESSO: 0800262-47.2019.8.20.5100

AUTOR: DARLON ALVES ROMÃO

RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

EXMO. (A) SR. (A) JUIZ (ÍZA) FEDERAL

O periciando foi vítima de acidente de motocicleta sofrendo Fratura da clavícula esquerda, apresentando como consequência uma limitação de 25% (leve) da funcionalidade no ombro esquerdo (comprometendo os movimentos do ombro acometido).

Eduardo Chagas
DR. EDUARDO CHAGAS CARVALHO
MÉDICO DO TRABALHO
CRM-PB 5638/ CREMERN 6860

23 de setembro de 2019.

EDUARDO CHAGAS CARVALHO

MÉDICO PERITO JUDICIAL – CRMPB
5638/CRMERN 6860





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, Açu - RN - CEP:
59650-000

Processo n.º: 0800262-47.2019.8.20.5100
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Autor: DARLON ALVES ROMÃO
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, §4 da Lei 13.105/2015 (NCPC) e art. 4º do Provimento nº 10 da CJ-TJ, expeça-se intimação às partes, para que, no prazo de dez dias, se manifestarem acerca dos esclarecimentos prestados pelo perito.

AÇU/RN, 25 de setembro de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO
Chefe de Secretaria